



Sindjus

Filado à CUT/FENAJJFE

Sindicato dos Trabalhadores do Poder Judiciário
e do Ministério Público da União no DF

Impresso
Especial

1000014810-DR/BSB
Sindjus-DF

CORREIOS

Ano XVII - nº 56
Março de 2009

O custo da Justiça

Prédios luxuosos fazem da Justiça do DF
a mais cara do país. Enquanto isso,
servidores poupam gastos no dia-a-dia





O planeta está por um triz porque a Terra pode perder a última gota

Chame de ecochatos, alarmistas verdes, histeria natureba, ou invente novos termos para depreciar quem luta pela água como direito de todos. Por estar na contramão do tal “desenvolvimento a qualquer custo” esse grupo sabe, hoje, que **a matéria-prima da política e da economia passa pela natureza e seus usos**. Democracia tem a ver com qualidade de vida e a água está no centro vital dessa luta. Pobres são os que mais sofrem com a “exclusão hídrica” da água potável farta. **No mundo, 1,2 bilhão de pessoas vegetam na escassez e 2,6 bilhões não possuem coleta de esgotos**. A próxima reunião mundial ocorre na Turquia. Espera-se tocar no ponto central das causas. O futuro sombrio se acelera pelo modelo perdulário de economias superaquecidas e a cultura do indivíduo que reproduz a ganância descontrolada desses modelos. Lembrar que 69% da água são para a agricultura, 21% na indústria e 10% no uso doméstico. A água está no centro da política. **A ONU já indicou riscos de conflito armado em 46 países, por água. Mais que petróleo**. Aqui, os riscos das águas subterrâneas (cobiçadas e caçadas), a necessidade do reuso radical em áreas urbanas e a urgência de mais poços comunitários para o semiárido reciclar as raras chuvas. **Clamor maior contra o lixo que despejamos estupidamente nos rios (1/3 da poluição do Tietê vem das ruas)**. Ingrata devolução de matéria fétida a quem nos oferece beleza, alimento e fé na vida. • **TT CATALÃO**



BEN KAYE-SKINNER

Educação: direito de todos, que precisa ser defendido por todos

AO LEITOR

O sindicato da cidadania



ROBERTO STUCKERT

Roberto Policarpo
Coordenador-geral do Sindjus

ouvimos cada setor, cada filiado, levantando bandeiras específicas. Estruturamos o sindicato, em matéria de atendimento jurídico, comunicação e lazer, pensando no quão importante é investir no filiado. No entanto, vamos além.

Recentemente, em nosso site e boletim, abordamos a questão dos professores do Distrito Federal, que batalham para que o governo local cumpra

Você, que é filiado ao Sindjus, sabe que o nosso sindicato é diferente. Ao longo desses anos de luta pela consolidação democrática do país, amadurecemos nossa visão do que é ser um sindicato. Nós lutamos por melhores condições de trabalho e por melhores salários para a nossa categoria, defendemos o todo, por meio de lutas gerais, como por um novo plano de carreira, mas também

um acordo de reajuste salarial que está previsto na lei. Muitos se perguntaram: mas o que o Sindjus tem a ver com isso? E nós, sempre que indagados, respondemos: tudo. Afinal, os filiados que defendemos têm filhos que dependem das escolas; os filiados que defendemos têm em suas famílias professores que merecem nosso respeito; os filiados que defendemos moram em uma cidade que precisa tratar o universo da educação com mais respeito.

Além disso, um sindicato não transforma uma cidade, um estado, um país sozinho. A segmentação da luta sindical não interessa aos trabalhadores. Por isso, o Sindjus caminha em prol de um projeto de coletividade. Juntos, nós, servidores públicos, seremos, sem dúvida, mais fortes. E é dever de um sindicato da cidadania, como é o nosso caso, se envolver em questões que digam respeito à cidadania. Se nós queremos implantar uma cultura cidadã nas ruas é preciso voltar nossos olhos para os princípios básicos da Constituição, que não podem ficar só no papel. A educação é um direito de todos, mas, infelizmente, ainda é necessário lutar muito para que esse direito, de fato, se efetive.

O que o Sindjus tem a ver com a greve dos professores? Tudo. Afinal, os filiados que defendemos têm filhos nas escolas; têm professores na família; e moram em uma cidade que precisa tratar o universo da educação com mais respeito.

Hora de negociar

Parabéns pelo ótimo trabalho no texto do novo Plano de Carreira do Judiciário (li e gostei). Sugiro que seja publicado um cronograma com as datas de encaminhamento ao governo das propostas. Está na hora de lutar pela aprovação; com a saída de Lula, pode ficar mais difícil.

Em plena crise o governo continua aumentando salários. A hora de pedir é agora. Entrando agora com o pedido de aprovação do plano, teremos um ano de negociações, e no primeiro instante em que a economia der uma melhorada, temos um bom momento de barganhar a aprovação.

A hora é de negociar com o governo. O tempo de reunião com esse ou aquele Tribunal para melhorar o plano já se esgotou. O momento é de se pensar lá na frente. O governo Lula tem seus problemas, contudo foi o que mais se preocupou com a melhoria da qualidade de vida dos servidores públicos.

Bom trabalho para toda a equipe do Sindjus, que vem desempenhando um excelente trabalho com o novo plano. Parabéns também pela iniciativa de apoio aos professores da rede pública do DF.

Luiz Carlos Dantas Arboés

Vila Telebrasília

Parabéns Sindjus pela reportagem sobre a Vila Telebrasília. A história que mora ali, ao lado daqueles homens e mulheres, merece ser contada. Ainda mais porque é uma história vitoriosa, de perseverança e sonho, que se confunde com o nascimento e o crescimento de Brasília.

Francisco Soares – STJ

Vida equilibrada

Em meio a tanto estresse, está cada vez mais difícil encontrar o equilíbrio. Eu mesma já comprei vários livros sobre terapias orientais, mas nunca consegui ler. Também já ensaiei várias vezes fazer ioga, mas sempre fico pelo caminho. No entanto, essa matéria publicada na revista anterior me deu ânimo para buscar uma vida mais equilibrada.

Ivete Camargo – TJDF

Crise não é pretexto

Não podemos permitir que os governantes façam da crise financeira mundial um pretexto para arrochar os servidores públicos. Assim como Policarpo, acredito que precisamos defender o investimento no setor público para que o fantasma da crise não tire o desenvolvimento do país dos trilhos.

Reinaldo Couto – JF

Cadê os nossos passivos?

Passou o carnaval, o ano começa de fato e cadê os nossos passivos? Será preciso cantar a marchinha “Me dá meu passivo aí” até mesmo depois do carnaval. Senhores ministros, eu espero que não precisemos fazer um *hit* natalino para continuar pedindo que respeitem os nossos direitos.

Passivos, até quando?

Carlos Júnior - TRE

Taguatinga

Embora meu nome não esteja entre os participantes da enquete da revista passada, identifiquei-me muito com ela. Eu moro em Taguatinga há oito anos e não tenho pretensão alguma de morar no Plano Piloto. É ilusório pensar que a vida se restringe ao miolo da capital.

Fábio Antônio - TST

Sonhos no poder

Com Obama, vários negros, vários povos, vários sonhos chegam ao poder. Embora em uma outra ocasião, é como se a população revivesse a esperança que cercou a posse de Lula, em 2002. O mundo, com Obama na presidência dos EUA, tem uma nova chance. Desejo boa sorte e torço para que não seja tarde demais.

Carmem Costa – PGR



CAPA: FOTO DE ARTHUR MONTEIRO

Revista do Sindjus

Coordenação editorial

TT Catalão - Reg. Prof. 685-DF

Edição

Usha Velasco

Reportagem e redação

Daniel Campos

Eunice Pinheiro

Fabiola Góis

Thais Assunção

Revisão

Patcha Comunicação

Projeto gráfico e arte

Usha Velasco

Tiragem

12.000 exemplares

Sindjus

Sindicato dos Trabalhadores do Poder Judiciário e do MPU no DF

SDS, Ed. Venâncio V, Bl. R, s. 108 a 114

CEP 70393-900 - Brasília-DF

PABX (61) 3224-9392

www.sindjusdf.org.br

Coordenadores-gerais

Ana Paula Barbosa Cusinato (MPDFT)

Roberto Policarpo Fagundes (TRT)

Wilson Batista de Araújo (TRE/DF)

Coordenadores de

Administração e Finanças

Berilo José Leão Neto (STJ)

Cledo de Oliveira Vieira (TRT)

Jailton Manguiera de Assis (TJDF)

Coordenadores de Assuntos

Jurídicos e Trabalhistas

Eliza de Souza Santos Ávila (STF)

José de Oliveira Silva (TJDF)

Newton José Cunha Brum (TST)

Coordenação de Formação

e Relações Sindicais

Carlos Alberto de Araújo Costa (TJDF)

Eliane do Socorro Alves da Silva (TRF)

Raimundo Nonato da Silva (STM)

Coordenadores de Comunicação, Cultura e Lazer

Orlando Noleto Costa (TSE)

Sheila Tinoco Oliveira Fonseca (TJDF)

Valdir Nunes Ferreira (MPF)

Decreto 447/69: 40 anos de resistênci

Com essa chamada, a Comissão de Anistia do Ministério da Justiça organizou no Rio de Janeiro, no último dia 27 de fevereiro, um ato em homenagem a professores e estudantes atingidos pela repressão no Brasil.

O ato fez parte do projeto *Anistia cultural*, cujo principal sentido é conferir ao processo de reconhecimento da condição de perseguido político o requisito para a concessão de anistia, conferindo-lhe uma dimensão pedagógica, inscrita na idéia de educação para os direitos humanos e tendo como eixo relevante o resgate da memória e da verdade.

Por essa razão, ao ato público seguiu-se a sessão de julgamentos de processos, caracterizada a pauta no fato de que todos os casos analisados tinham como elemento comum a circunstância de que o fundamento das perseguições teve causa na aplicação do Decreto-lei 477, de 26 de fevereiro de 1969.

O Decreto-lei 477, como é sabido, trouxe para o âmbito dos estabelecimentos de ensino público ou particulares as diretrizes do Ato Institucional nº 5, definindo como infrações disciplinares, suscetíveis também de enquadramento criminal – leia-se Lei de Segurança Nacional – as ações de estudantes, funcionários e professores consideradas subversivas, contrárias à moral ou à ordem pública. Muitas instituições, como a UnB, então sob um reitorado de intervenção, trouxeram para seus regimentos vigentes, até a redemocratização, as disposições explícitas da norma de exceção.

Durante o ato público, com a participação do ministro da Secretaria de Direitos

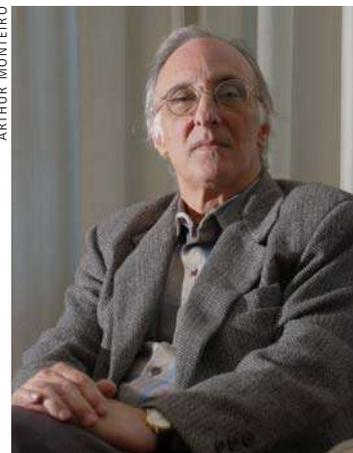
Humanos, presidentes da União Brasileira de Estudantes Secundaristas (UBES) e da União Nacional de Estudantes (UNE), Sindicato Nacional de Docentes do Ensino Superior (ANDES), da Ordem dos Advogados do Brasil no Rio de Janeiro (OAB/RJ), em cuja sede aconteceu o evento, e de reitores de universidades, tive a oportunidade de fazer pronunciamento procurando inserir o alcance daquele ato na perspectiva do processo de construção da memória coletiva que lhe dá significado.

Para mim, eu disse ali, é tempo de reivindicar a verdade e de resgatar a memória, como referências éticas para conter a mentira na política, pois, como lembra Hannah Arendt, “uma das lições que podem ser apreendidas das experiências totalitárias é a assustadora confiança de seus dirigentes no poder da mentira e na capacidade de reescreverem a história para adaptá-la a uma linha política”.

Aliás, nesse aspecto, chega a surpreender determinadas revisões interpretativas, promovidas em editoriais de grandes jornais, a exemplo da Folha de São Paulo, que em edição recente chega a “absolver” o que chama de “ditabranda”, cuja ação cruenta disfarçou-se sob a manutenção formal de simulacros de institucionalidade.

Insisto que não é despropositada a exigência da medida urgente de abertura dos arquivos dessa conjuntura histórica. Esse é um esforço legítimo para democratizar a memória e para permitir que a sociedade se aproprie de seu passado e melhor interprete a sua própria história.

ARTHUR MONTEIRO



José Geraldo de Souza Júnior
Reitor da Universidade de Brasília, professor da Faculdade de Direito e coordenador do projeto *O Direito Achado na Rua*

“É tempo de reivindicar a verdade e resgatar a memória, como referências éticas para conter a mentira na política. Esse é um esforço legítimo para permitir que a sociedade se aproprie de seu passado e melhor interprete a sua própria história.”

O pró-labore de José Geraldo para este artigo é doado mensalmente à campanha de voluntariado *Eu Dôo Talento* (veja em www.sindjusdf.org.br)

Anteprojeto ganha forma

Discussão não se limita a salários. Veja os pontos em pauta na Comissão Interdisciplinar

Depois de um longo tempo de discussão, o anteprojeto do novo Plano de Cargos, Carreira e Remuneração (PCCR) começa a ganhar forma dentro da comissão interdisciplinar. O trabalho de formatação do projeto perante os representantes dos tribunais e órgãos do Poder Judiciário é delicado, metucioso e leva tempo. Mas o trabalho de argumentação realizado dentro da comissão pelos representantes do Sindjus (Roberto Policarpo) e da Fenajufe (Ramiro Lopez) já conseguiu amadurecer muitas questões e avançar em muitos pontos, sendo responsável por importantes êxitos referentes à redação sedimentada pela categoria por meio de reuniões, debates, emails.

“Precisamos avançar em todas as questões referentes à carreira, de modo a não restringir nosso trabalho à questão salarial. Vamos discutir o todo.” A afirmação feita pelo presidente da comissão, Amarildo Oliveira (STF), na primeira reunião desse grupo surtiu efeito de tal maneira que a discussão da questão salarial ficou em segundo plano. Os integrantes têm pautado o debate no aprimoramento dos cargos e da carreira.

O Sindjus e a Fenajufe têm trabalhado para que o PCCR aprovado por essa comissão esteja alicerçado em um processo de reestruturação de cargos, carreira, vencimento e política de remuneração inerente ao anseio de modernização cultivado pela administração e ao desejo de viabilizar as reivindicações da categoria pertinentes a melhores condições de trabalho e maior qualidade de vida. Acompanhe os pontos em discussão:

Área de gestão e de tecnologia de informação

Diante do crescimento da importância do trabalho desenvolvido pelos profissionais de informação, frente à forte tendência de virtualização dos processos e da crescente segurança jurisdicional, os representantes das entidades sindicais defenderam a criação de uma área para os servidores que desenvolvem trabalhos ligados à tecnologia da informação. É necessário criar uma área para esses profissionais que já vivem uma realidade diferenciada dentro do órgão e necessitarão de um grande investimento, em capacitação e estrutura de trabalho, por parte das administrações. Ao criar uma área diferenciada para esses servidores, garante-se essa modernização que o Judiciário tanto almeja. Essa proposta foi aceita pela comissão.

Área para segurança

Discute-se também a criação de uma área para os servidores que desempenham funções referentes à segurança, vigilância e ao transporte. A segurança institucional do Poder Judiciário tem sido uma das maiores preocupações do presidente do Supremo Tribunal Federal, Gilmar Mendes. É inegável que depois de anos de uma política de terceirização voltada para esse setor, haja necessidade de investimento em um quadro próprio e capacitado para essas atribuições. No entanto, essa matéria ainda encontra resistência por parte de alguns representantes de tribunais. Nas próximas reuniões, o Sindjus e a Fenajufe continuarão insistindo nesse debate, destacando a relevância dessa área estratégica.

Criação de cargo de Oficial de Justiça

Depois de uma defesa oral e da redação de um documento encaminhado para o email dos membros, o Sindjus conseguiu que o debate sobre a criação do cargo de Oficial de Justiça alcançasse um bom encaminhamento dentro da comissão. Os oficiais de justiça estão inseridos no cargo de Analista Judiciário, no entanto, na visão do sindicato, há particularidades de atribuições e realidades que indicam a necessidade da criação de um cargo próprio para esses profissionais. Depois de invocar a história, que remonta dos tempos bíblicos, as atribuições diferenciadas, a legislação processual que os envolve e o dia-a-dia dos oficiais de justiça, a comissão está mais sensível à criação deste cargo.

Criação da Escola de Formação

Há muito tempo o Sindjus luta para que haja um centro de formação e capacitação para os servidores do Judiciário. Na proposta que foi amplamente discutida com a categoria, observou-se a necessidade da implantação desse centro, já que há uma exigência cada vez maior por parte da administração em relação aos servidores e o conhecimento é, definitivamente, o cerne da realidade. Desta forma, a modernização do Judiciário implicaria na modernização do conhecimento dos servidores.

Fim das FCs

Discute-se dentro da comissão a extinção de boa parte das Funções Comissionadas. Os titulares do Sindjus e da Fenajufe pontuaram que as FCs não representam vantagem para o conjunto dos servidores, já que sua ocupação



DAVID RIBEIRO

Reunião da Comissão: debate focado no aprimoramento dos cargos e da carreira

nem sempre obedece a critérios justos. Deste modo, a economia resultante da extinção dessas gratificações seria revertida para o reajuste salarial do todo. Embora seja causa de muito debate, essa idéia tem ganhado corpo dentro da comissão. Vale a pena aguardar mudanças nessa área.

Combate à terceirização

Para o sindicato é necessário cada vez mais promover investimentos em um quadro próprio, qualificado e contínuo. Desta maneira, a comissão tem discutido a terceirização de algumas áreas como atividades básicas. "É necessário criar instrumentos para resguardar a carreira, combatendo a terceirização e todos os males que ela causa à administração, aos servidores e à sociedade", defendeu Ramiro. Está em estudo uma forma de criar esses meios de preservação. Também está sendo analisada uma forma de reduzir o número de especialidades ao mínimo ne-

cessário, evitando os indesejáveis e prejudiciais desvios de função.

Instituto da Remoção

Havia dúvida se havia necessidade do instituto da remoção diante da iminência do PL 319/07, que tramita na Câmara e aborda a redistribuição. Policarpo e Ramiro justificaram que, mesmo com a redistribuição aprovada, os tribunais nada perderiam com a permanência da Remoção no texto, podendo esta ajudar em algum caso específico. Os membros concordaram e a remoção fica no texto.

Mudança do nível de escolaridade

A proposta do Sindjus defende que o nível escolar de escolaridade dos técnicos seja elevado, de médio para superior, no intuito de promover a valorização da tabela salarial. "Se formos buscar comparativos em outras carreiras

para atividades de nível médio não iremos conseguir avançar muito na questão salarial dos técnicos. Muitos já são graduados e desenvolvem atividades de nível superior. O que propomos é apenas uma adequação à realidade", frisou Policarpo. De acordo com as discussões, a exigência de nível superior seria para os futuros editais.

Adicional de Qualificação

Em razão do sucesso dessa experiência e embasados pela necessidade de atualização do conhecimento, debate-se o aprimoramento do Adicional de Qualificação dentro do Poder Judiciário, bem como a elevação de seus percentuais. Os membros se mostram bem receptivos a esse aprimoramento, aprovando pontos do anteprojeto do Sindjus. Agora, os percentuais pagos serão 30% (doutorado), 20% (mestrado), 15% (especialização), 10% (graduação).

FIQUE
ATENTO

Nas próximas semanas deve sair a primeira minuta da Comissão, com os pontos já acordados. No entanto, muita coisa pode mudar. Será possível reverter pontos em que o Sindicato for vencido mais à frente. Por isso, acompanhe atentamente os resultados dessa reunião. Os servidores precisam estar prontos a se mobilizar para emplacar o plano mais próximo do ideal da categoria.

Quem gasta e quem poupa

Fabiola Góis

Analista legislativa Ana Lúcia Souza, do STJ, faz há mais de dez anos o que hoje virou moda: usar folhas de rascunho em correspondência, apagar a luz ao sair da sala e evitar o uso de sacolas plásticas. No trabalho, usa um fax antigo pra não precisar trocar por um novo. É o exemplo de economia no serviço público. Assim como ela, milhares de servidores do Judiciário se preocupam com o meio ambiente e com os gastos excessivos no órgão. Ela veste a camisa. E empolga quem convive com ela.

Ana Lúcia ficou incomodada ao saber que o Judiciário do Distrito Federal é o mais caro do país. Pesquisa divulgada no dia 16 de fevereiro pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) expôs as mazelas do mau uso do dinheiro público. Os dados indicam que, de todos os segmentos do Poder Judiciário, a Justiça do DF é a que apresenta a maior despesa por habitante. A estimativa é que fazer justiça no DF custa R\$ 416 por pessoa, mais de quatro vezes a média nacional para as instâncias estaduais, de R\$ 90,50. Na área trabalhista, o maior custo *per capita* está na 14ª Região, que abrange os estados do Acre e Rondônia, com R\$ 80,46 por habitante, o dobro da média nacional (R\$ 43,55).

Em entrevista ao jornal Folha de São Paulo, o secretário-geral do CNJ, Álvaro Ciarlini, informou que o custo por habitante no DF se deve a investimentos em um conjunto de obras iniciadas recentemente por determinação da Lei de Organização Judiciária e pela necessidade de recuperar prédios que estavam em deterioração.

Não se falou que a responsabilidade seria dos servidores. Mas, para parte da opinião pública, os trabalhadores do Judiciário teriam sim, indiretamente, culpa nesse alto custo. Basta ver comentários em alguns sites, blogs e em matérias jornalísticas. O Sindjus recebeu e-mails de sindicalizados indignados com essa informação. E ao comparar o DF – uma unidade da Federação tão incomum, por abrigar os grandes tribunais e o centro do poder – com estados, a conta fica desproporcional.

Prédios luxuosos fazem da Justiça do DF a mais cara do país, segundo o CNJ. Enquanto isso, servidores usam o bom senso para evitar gastos



STJ: concreto usado na obra daria para erguer cem edifícios comuns de dez andares cada

SANDRA FADO / STJ



Ana Lúcia (de branco, no centro) e seus colegas: exemplo de economia



Grandiosidade questionada

Passar pelo Setor de Administração Federal Sul, à direita da Praça dos Três Poderes, em Brasília, é ver uma esplanada de prédios suntuosos, enormes e com acabamento impecável. O Judiciário e o Ministério Público Federal (MPF) construíram monumentos assinados por grandes arquitetos, entre eles Oscar Niemeyer. Só a obra do prédio do Tribunal Superior do Trabalho (TSE) custou R\$ 230 milhões. Mas se todos juntos forem contabilizados, fala-se em R\$ 2,1 bilhões nos dez anos de construção.

Nesse setor (apelidado de Vale dos

Tribunais), além do TSE estão as sedes do Superior Tribunal de Justiça (STJ), da Procuradoria-Geral da República e do anexo do Supremo Tribunal Federal (STF). Também serão construídas as sedes do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e do Tribunal Regional Federal (TRF-1).

A economia passa longe do que fazem os servidores mais comprometidos. Levantamento da revista *Época* cita que, na estrutura do prédio do STJ, com paredes largas, com até meio metro de espessura, foram consumidos 59 mil metros cúbicos de concreto especial. Daria para construir cem

edifícios comuns de dez andares. São 133 mil metros quadrados de área construída para 4.500 servidores. Na média, trinta metros quadrados por servidor. No novo TSE, a área será de 55 metros quadrados por servidor. No TRF-1, será de oitenta, segundo o cálculo do procurador da República Rômulo Conrado, que ajuizou ação pública para tentar embargar a obra.

O Ministério Público Federal no Distrito Federal (MPF/DF) propôs essa ação no dia 23 de janeiro deste ano. A intenção é suspender as obras de construção da nova sede do Tribunal Regi-

TST: nova sede do Tribunal custou ao contribuinte R\$ 230 milhões



onal Federal da 1ª Região (TRF-1), em Brasília. Estimada em 480 milhões de reais, a obra é um atentado ao princípio da economicidade, entende o procurador Rômulo Conrado.

Segundo o MP, uma das justificativas para a grandiosidade da obra apresentada pelo próprio Tribunal é a alta demanda de processos. Mas, para o

LUXO NÃO

“Certamente que o luxo das instalações das autoridades não se coaduna com os pilares de um país justo e democrático, especialmente quando confrontado com a miserabilidade das condições de vida de significativa parcela da população.”

Rômulo Conrado, procurador, na ação para suspender obras do TRF-1

procurador, o argumento não se sustenta. Enquanto a média de processos julgados em 2006 no TRF-1 é de 3,25 mil por desembargador, no STJ a média é de oito mil processos por ministro e no STF o número chega a dez mil processos por magistrado. “Certamente que o luxo das instalações das autoridades não se coaduna com os pilares de um país justo e democrático, especialmente quando confrontado com a miserabilidade das condições de vida de significativa parcela da população”, opina Rômulo Conrado.

Em outubro do ano passado, o MPF/DF também ajuizou ação para questionar a construção da nova sede do TSE, para que a Justiça Federal sus-

penda o andamento das obras e decrete a nulidade dos processos licitatórios e dos contratos relativos à construção da nova sede do órgão. Segundo dados levantados pelo MPF e pelo Tribunal de Contas da União (TCU), a realização da obra, ao custo de R\$ 328 milhões, apresentaria uma série de vícios, como “grave ofensa ao princípio da economicidade, restrição ao caráter competitivo da licitação, superfaturamento de preços e outras irregularidades graves no processo licitatório, que recomendam a imediata suspensão dos trabalhos em curso e a posterior anulação dos ajustes, para que, se for o caso, novo certame venha a ser realizado”.

FOTOS: ARTHUR MONTEIRO

Prédios vistosos, como a sede da PGR, renderam ao Setor de Administração Federal Sul o apelido de “Vale dos Tribunais”



“Ajudo a economizar o dinheiro da nação”

Ana Lúcia Souza também não compactua com esses gastos. E nem considera o servidor do Judiciário responsável pelo alto custo dessas obras. Chefe de gabinete da ministra do STJ Denise Arruda, a servidora conseguiu com que a maior parte de seus colegas de trabalho aderissem à economia. E ela conta com o apoio da própria ministra. Toda correspondência interna do gabinete, como relatórios que não vão para os autos, é feita com papel rascunho. Os servidores não usam mais garrafas plásticas para beber água. O Tribunal forneceu a eles um bebedouro, onde cada um leva sua própria garrafa de casa. O fax é antigo – cerca de dez anos – e funciona como novo, graças ao cuidado que eles têm com o equipamento. “Como ainda está em bom estado, não precisamos trocá-lo. Seriam mais gastos”, comenta Ana Lúcia. O gabinete também faz todo controle de material que entra e sai. “Ainda temos muito a melhorar, mas fazemos nossa parte”, diz.

A coordenadora do Programa de

Responsabilidade Socioambiental do STJ, Ketlin Feitosa, luta para ver disseminada no Tribunal a prática da economia. A novidade agora é a caixa disponibilizada em cada corredor que serve como ponto de coleta de papéis e outros materiais destinados à reciclagem. Ao longo do ano, o setor também faz campanhas de conscientização voltadas para o meio ambiente. “Nossa preocupação é engajar os servidores nas campanhas, seja para a economia ou o meio ambiente. Aproveitamos até a grama seca dos gramados para servir de adubo para as plantas”, destaca.

O que pouco – ou quase nada – a imprensa divulga é que existem pessoas preocupadas com o mau gasto do dinheiro público. Além da analista legislativa Ana Lúcia Souza, a pregoeira Eva Cláudia Medeiros da Silveira é exemplo de economia. A servidora ingressou no serviço público há 26 anos, no Superior Tribunal Militar (STM), e atua na área de compras no órgão até hoje.

Eva Cláudia é a primeira mulher a

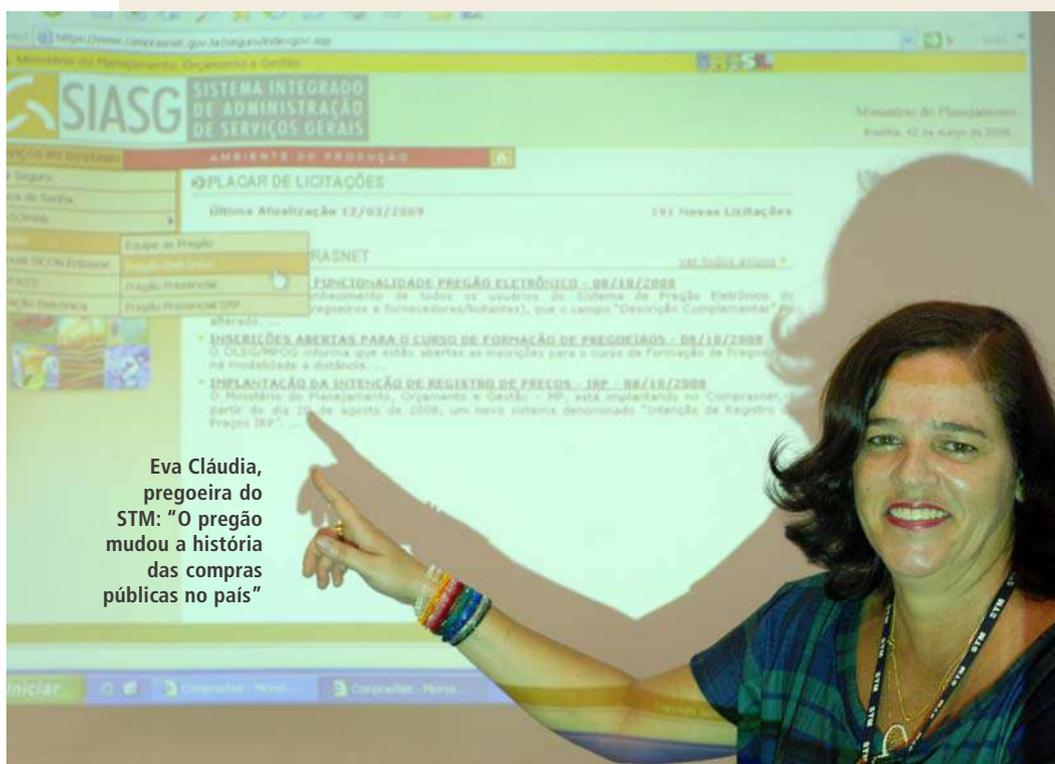
realizar pregões em Brasília e no Brasil e orgulha-se de poder contribuir com a redução de gastos. “Eu ajudo a economizar o dinheiro da nação”, afirma. É que a modalidade de licitação chamada pregão pode garantir uma economia de até 70%. O pregão – considerado um aperfeiçoamento do regime de licitações para a administração pública federal – é realizado em lances sucessivos e decrescentes. “Quem dá menos” leva o pregão. Por isso, o órgão que usa essa modalidade garante a economia e o bom uso do dinheiro público.

O pregão começou no STM em 1998. O Tribunal é pioneiro no país nesse tipo de modalidade de licitação. Eva Cláudia conta que servidores da área foram consultados por outros órgãos interessados em aprender como fazer o pregão. “É uma segurança tanto para o órgão quanto para o profissional que faz o pregão. O sistema é todo feito dentro do ambiente do governo federal”, explica Eva Cláudia, que começou

a atividade há sete anos. “O pregão mudou a história das compras públicas no país. Não há como haver fraude”, afirma.

Eva Cláudia conta que os servidores que fazem os pregões no STM preocupam-se em pesquisar os melhores preços no mercado. Se no DF estiver caro, busca-se em outras unidades da Federação. “Em menos de um mês a mercadoria chega. É um processo rápido, onde se preza pelo menor preço e maior qualidade”, destaca.

A servidora diz que trabalha com prazer, e que se sente orgulhosa em poder ajudar a sociedade em prol do desenvolvimento do país. “Estou fazendo a minha parte”, ressalta.



Eva Cláudia, pregoeira do STM: “O pregão mudou a história das compras públicas no país”



TJ: reforma saiu por R\$ 1.165 o m² e ficou pronta em três anos

FOTOS: ARTHUR MONTEIRO

Preocupação com o desperdício

Além do esforço dos servidores, os tribunais começam a se adequar. O Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios (TJDFT), atento à questão da preservação ambiental, vem aplicando aspectos de sustentabilidade na expansão e reforma dos prédios do órgão para estabelecer padrões para as obras da instituição.

Tudo isso depois de ter sido criticado pela mídia, em outubro de 2004, quando as lajes dos últimos três andares (8º, 9º e 10º) do bloco A cederam, e o prédio teve de ser interditado. A edificação foi construída há pouco mais de trinta anos e, em tese, não seria necessária uma reforma nos moldes como foi feita.

Em 2004, técnicos da empresa WRJ Engenharia, contratada para elaborar um laudo sobre as condições estruturais do edifício, constataram que as lajes cederam por causa da má qualidade do material usado na construção do prédio. Os cabos de aço que dão sustentação ao concreto das lajes deveriam ter cinquenta anos de vida útil. Mas apresentaram corrosão 33 anos após a conclusão do edifício anexo do TJDF.

As obras duraram menos de três anos e custaram R\$ 26.218.002,00 (o equivalente a R\$ 1.165 por m²). O edifício de 22.500 m² de área foi inaugurado em março de 2008 e recebeu novas instalações elétricas, hidráulicas, de ar condicionado, de prevenção e combate a incêndio, de comunicação de dados, além de rede estabilizada, sinalização e rede de prevenção de descargas elétricas. Ao todo, trabalham 1.200 servidores de 28 setores administrativos.

O TJDFT mostra-se preocupado com o desperdício. Para isso, reduziu em 5% o impacto ambiental causado pela utilização de recursos do órgão. A economia ocorreu com a queda do consumo, proporcional ao número de servidores, de água e energia elétrica, bem como de bens de consumo com impacto sobre o meio ambiente (papel, sacolas e copos plásticos) e combustível fóssil. Também há racionalização por meio de procedimentos com uso de tecnologia da informação e virtualização de procedimentos administrativos. Várias ações, envolvendo o aperfeiçoamento de

rotinas com utilização de recursos tecnológicos, foram também desenvolvidas na área meio do TJDFT. É uma tentativa de dar mais rapidez à tramitação desses procedimentos e reduzir a utilização de papel utilizado para impressões.

No TSE, alvo de ação do MPF, também há economia. A assessora de Comunicação Corporativa Fernanda Quintanilha conta que o Tribunal, neste momento, planeja a criação da Comissão de Combate ao Desperdício. A idéia é conscientizar os servidores para que façam economia. Outros projetos, que ainda não podem ser divulgados, também estão em fase de estudo.

Para o coordenador-geral do Sindjus, Roberto Policarpo, há um visível esforço dos servidores em mudar a imagem de um Judiciário tão desgastado por más notícias ao longo dos últimos anos: "O Ministério Público, a polícia e o Tribunal de Contas nada mais fazem do que acompanhar as denúncias e propor ações caso haja irregularidades nas obras. Mas o que não se pode é colocar na fatura do servidor uma conta tão alta", afirma.

Abusos sem fim

Mulheres e meninas vítimas de violência sexual vêm-se desamparadas diante de uma legislação antiquada, da omissão do Estado e da banalização desse tipo de crime

Usha Velasco

O drama da menina de Recife estuproada pelo padrasto chocou o país. De um só golpe, o caso jogou na cara da opinião pública um leque de problemas: a pedofilia, cujas denúncias são crescentes; a violência contra mulheres e meninas, que no Brasil dura exatos 509 anos; a gravidez de crianças e adolescentes e o debate sobre a legalização do aborto.

Grávida de gêmeos, a menina pernambucana não tinha sequer condições físicas para a maternidade. Os médicos que a atenderam decidiram interromper a gravidez,

amparados pela lei. Mesmo assim, o arcebispo de Olinda e Recife, dom José Cardoso Sobrinho, garantiu repercussão internacional ao caso quando declarou excomungados a mãe da menina e os médicos que fizeram o aborto – mas não o padrasto que a estuproou dos seis aos nove anos de idade.

A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) apressou-se a apoiar dom José, assim como o Vaticano. Porém, diante da forte reação da opinião pública, tiveram que voltar atrás e adotar um tom mais cristão, embora tarde demais para consertar o estrago causado nos corações e mentes dos fiéis.

O ministro da Saúde, José Gomes Temporão, afirmou ao jornal Correio Braziliense que a posição da Igreja prejudica o trabalho nos campos sexual e reprodutivo, “quando não aceita o uso do preservativo, expondo as pessoas ao risco de adoecer e morrer, ou quando não aceita que as mulheres usem métodos anticoncepcionais”. Essa afirmação é comprovada pelos números. Hoje, segundo o Ministério da Saúde, 600 mil pessoas vivem com o HIV e 180 mil estão em tratamento da Aids.

As estatísticas sobre a violência sexual contra crianças e adolescentes são ainda mais alarmantes. No começo de março o Centro Feminista de Estudos e Assessoria (CFemea) reuniu um grupo de ONGs para discutir a situação do aborto no Brasil, com a presença do médico Olimpio Moraes, que coordenou a equipe responsável pela interrupção da gravidez da menina pernambucana.

Entre outros dados, as ONGs participantes revelaram que, de 2000 a



ARTHUR MONTEIRO

2006, 192.445 meninas até 14 anos foram mães. Outras 105 meninas na mesma faixa etária morreram por problemas relacionados à maternidade. Só no ano de 2006, 250 adolescentes entre 15 a 19 anos morreram em consequência de gravidez.

Em Pernambuco, em 2005, o Instituto Médico Legal examinou 1.114 meninas vítimas de abuso sexual. A

CRIANÇAS

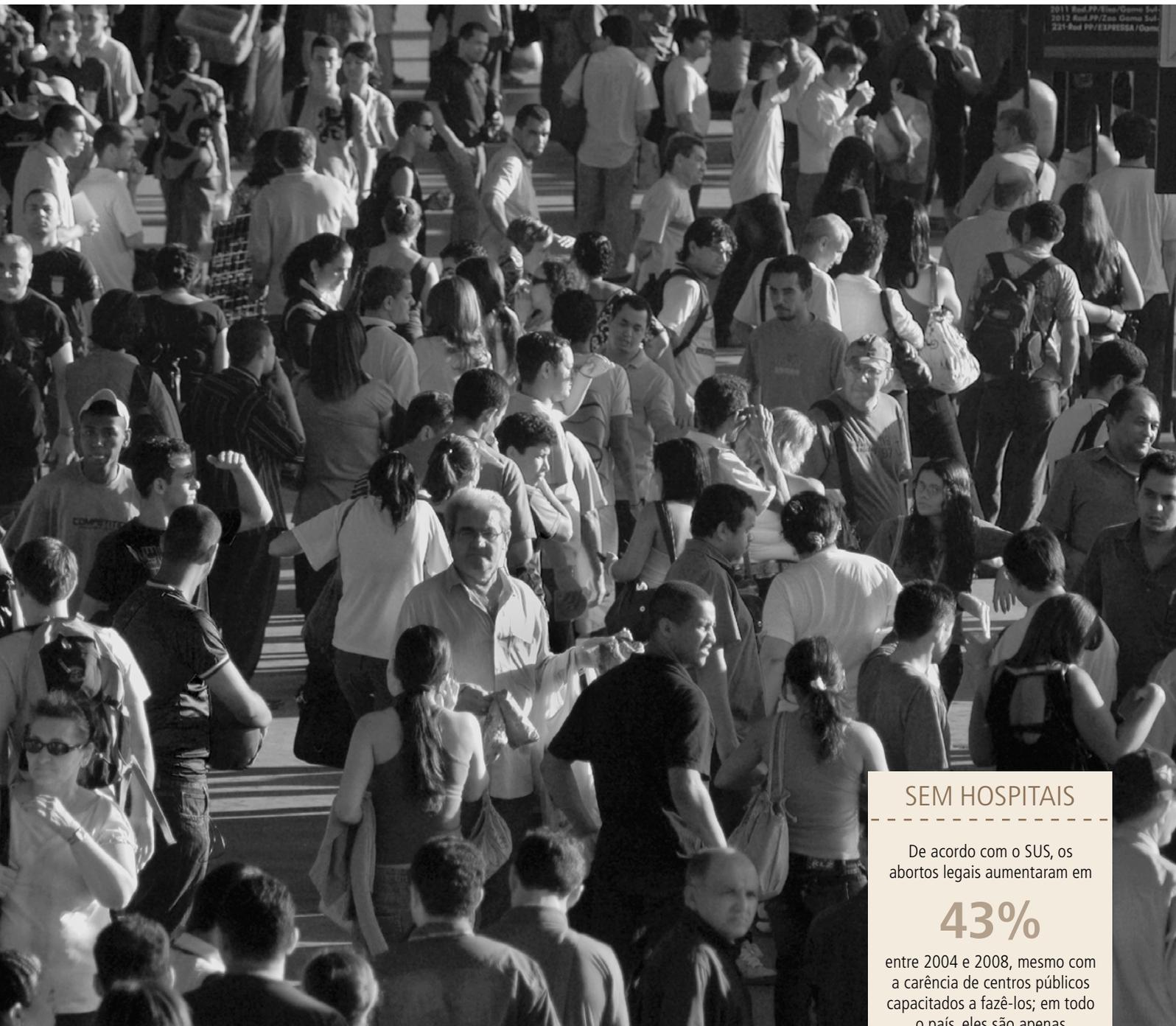
1.114

meninas vítimas de estupro foram examinadas no IML em Pernambuco, em 2005.

70,8%

tinham menos de 14 anos e 28% eram menores de

9 anos



SEM HOSPITAIS

De acordo com o SUS, os abortos legais aumentaram em

43%

entre 2004 e 2008, mesmo com a carência de centros públicos capacitados a fazê-los; em todo o país, eles são apenas

55

maioria (70,8%) tinham menos de 14 anos e 28% eram menores de nove anos. Em 2008, no mesmo estado, foram registrados 128 casos de estupro. Desses, 58% foram praticados por conhecidos da vítima e 20% por um parente. No mesmo ano, outras 189 ocorrências de atentado violento ao pudor foram registradas.

Esse número torna-se mais assus-

tador se considerarmos que cerca de 90% dos abusos não são notificados, segundo estimativa da Federação Brasileira das Associações de Ginecologia e Obstetrícia (Febrasgo).

O único reflexo positivo da postura intolerante do arcebispo dom José foi chamar a atenção para a discussão da legalização do aborto. Segundo o Cfemea, todos os anos são realizados

1,1 milhão de abortos clandestinos no país; destes, cerca de um quarto gera complicações que levam a internações hospitalares. O discurso contra o aborto e pretensamente a favor da vida acaba favorecendo a morte das mulheres, principalmente as de baixa renda, obrigadas a recorrer a procedimentos improvisados.

Sem medo da discussão

Thais Assunção

Mais da metade dos juízes brasileiros (55,5%) são favoráveis à descriminalização do aborto e 83,8% são favoráveis à interrupção da gravidez em caso de anencefalia. Os dados são da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra), em pesquisa realizada em parceria com o Centro de Estudos de Economia Sindical e do Trabalho, da Universidade de Campinas.

"Sou a favor do aumento das hipóteses de exclusão do crime de aborto. A criminalização tem funcionado como mecanismo de reforço à desigualdade de gênero, em desfavor das mulheres. Não devemos ter medo de discutir como proporcionar às mulheres o direito de interromper uma gravidez de forma segura", diz a subprocuradora-geral da República, Ela Wiecko de Castilho.

A juíza responsável pelo 1º Juizado de Violência Doméstica Contra a Mulher, Maria Isabel da Silva, acredita que a sociedade deve discutir a questão do aborto no Brasil de forma aberta. "Temos que deixar os discursos hipócritas de lado e começar a discutir a realidade da sociedade brasileira. Quantos abortos são realizados ilegalmente no Brasil durante um ano? As mulheres que

têm dinheiro vão direto para clínicas particulares e são muito bem tratadas, mas as pessoas carentes caem nas mãos de charlatões e acabam morrendo. Temos que encarar isso."

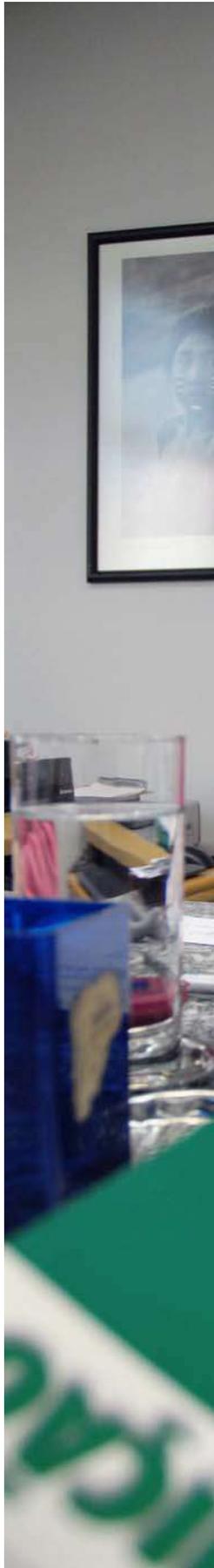
"Sou totalmente a favor da legalização do aborto no Brasil. Dessa forma poderemos evitar o grande número de mortes de mulheres. Mas acho que cada caso deve ser analisado individualmente, para que os abortos sejam realizados com consciência", opina Maria Cristina Vidal Cardoso, analista judiciária do TJDFT.

A técnica judiciária do TST Maria Regina da Silva Nascimento defende a lei atual, mas quer que ela seja aplicada com mais rigor em casos de violência sexual contra a mulher: "Sou a favor do que diz o Código Penal brasileiro. As mulheres não devem fazer aborto simplesmente porque não querem ter filhos, mas sim em casos de violência. Acho também que a punição tem que ser mais rigorosa para aqueles que cometem abusos contra mulheres."

"O fato que ocorreu com a menina de nove anos em Pernambuco é um caso de violência doméstica contra a mulher e também contra a integridade física e mental de uma criança", afirma a juíza Maria Isabel. Ela ressalta que os médicos agiram dentro da lei: "O aborto é autorizado pelo Código Penal em

casos de estupro e risco à vida. Está escrito no artigo 128, incisos I e II, do Código Penal de 1940. Desde essa época, nem o Estado nem a sociedade se rebelaram contra essa prática."

Maria Cristina (esq.): a favor da legalização. Maria Regina (ao lado): punição tem que ser mais rigorosa para quem comete violência contra mulheres





Ela Wiecko, subprocuradora-geral da República: "A criminalização reforça desigualdade de gênero, em desfavor das mulheres"

FOTOS: ARTHUR MONTEIRO

Machismo arraigado

"As mulheres e meninas são vistas como objeto, como uma propriedade dos homens", afirma a assessora técnica do Centro Feminista de Estudos e Assessoria (CFE-MEA), Kauara Rodrigues Dias Ferreira. Ela acredita que isso resulta de séculos de opressão por parte de um sistema patriarcal e de um machismo fortemente arraigado, e que essa visão ajuda a abrir as portas para a violência.

É urgente mudar esse quadro. Mas não é simples. "As mudanças culturais fazem parte de um processo; por isso, é fundamental um maior investimento no debate social e no processo educacional. Precisamos de educação sexual de qualidade nas escolas, para formar novas gerações com visões mais abertas, capazes de lidar melhor com questão da desigualdade entre homens e mulheres", acredita Kauara.

Ela afirma ainda que o Estado deve investir mais em segurança pública, para coibir os crimes sexuais que ocorrem em larga escala no país. Além disso, os profissionais das áreas de educação, saúde, segurança e direito devem ser alvo de campanhas educativas, porque muitos demonstram uma visão preconceituosa, ao desconfiar das mulheres que denunciam esse tipo de crime.

"Não podemos tolerar a banalização dos crimes contra a mulher", diz Kauara; "a ação penal pública nesses casos deveria ser incondicionada, para garantir a punição dos agressores e o acolhimento das vítimas." Mas ressalta: "Para que isso seja possível, é fundamental que essas políticas sejam consideradas prioritárias."



WATCHMEN

Os heróis em baixa

Do maior clássico em quadrinhos criado pelo sombrio Alan Moore para as telas. Estréia de um tema oportuno para esses tempos de ressaca na farrá dos valores sem regras e colapsos bancários com cheiro de crash e crise de auto-estima nos vigilantes da ficção e da realidade.

TT CATALÃO

muitos o "ato heróico" é manter a dignidade e viver solidário, mesmo oprimido na chamada "linha abaixo da pobreza". Superar a maré quando tudo conspira para raiva, mágoa, ódio, vingança e mesquinhez. E são muitos os exemplos de grandeza entre os "despossuídos". Para outros o heroísmo vem de atos de bravura em guerras. Talvez nas guerras chamadas justas (por exemplo, legítima defesa de um país invadido ou contra o totalitarismo) essa classificação atenda o tal cumprimento do dever pelo bem coletivo.

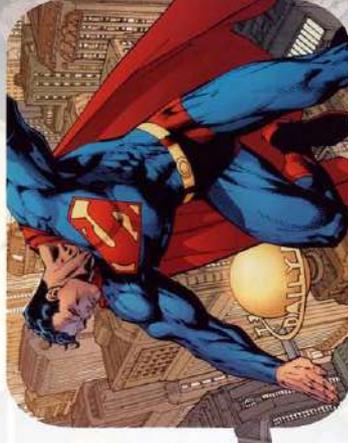
Enfim, no resumo da ópera, o herói pode ser aquele ou aquela que mesmo sob condições extremamente adversas consegue ser desprendido na entrega pelo melhor para todos. Integro mesmo no sacro ofício da sua doação. **Sem ir tão fundo, o filme Watchmen (em cartaz) toca no universo em desencanto dos super-heróis pela caricatura máxima das histórias em quadrinhos.** Massificados heróis de papel entram no imaginário popular urbano. Recebem a projeção do comum ao portar seus poderes e, digamos, fantasias de duvidoso gostoso e espalhafato.

Muito norte-americano, por um lapso, perguntou por onde andavam Superman, Batman, Homem Aranha, que não impediram as colisões do 11 de setembro. Em Watchmen é decretada a falência daqueles heróis, cultuados pela idolatria, como vigilantes mágicos únicos além do humano. A série original criada por Alan Moore, Dave Gibbons e John Higgins é muito mais complexa e com toques literatos punk; saiu no Brasil em 1988 e foi relançada em 1999, em doze números de 36 páginas.

Uma contagem regressiva para o apocalipse com Nixon perpetuado ditador, Vietnã derrotado e alguma premonição sobre a falência dos heróis centrados em uma só pessoa **(salvadores da pátria, cuidado para Obama não ser o "novo deus" que vai redimir todos os pecados da cobiça desvairada)**. O viés psiquiátrico está claro no personagem Rorschach, implacável justiceiro com a máscara inspirada nas manchas aleatórias do famoso teste. A narrativa não é linear e passeia no tempo: caça às bruxas comunistas, bomba atômica, russos no Afeganistão etc.

No filme, sob a direção Zack Snyder (óbvio — é entretenimento e não tratado filosófico) ele salta partes do gibi, apela nos efeitos, potencializa ação, mas, em suas quase três horas, dá um clima próximo ao desencanto geral. **No fundo é desmistificar a "salvação" depositada em um herói fora da nossa vida. Algo muito incentivado na alienação política que repete sempre: "Você não pode, mas aquele superespecial, sim."** Querem um ser poderoso para defender, vigiar, controlar, manter a sociedade. Não querem a força revelada de cada um, quando a maior defesa da sociedade é uma sociedade organizada, crítica, participativa, mobilizada e autônoma.

Nessa crise, procedem as dúvidas. **Quem policia a polícia? Quem vigia o vigilante? Quem legítima o legal? Quem controla o controlador? Nesses tempos de superagentes invasores da privacidade e legisladores corruptos, a coisa cabe.**



ARTHUR MONTEIRO



EDSON SANTOS

Viva a diferença

Mineiros, maranhenses, gaúchos, matogrossenses, paraibanos, paraenses, potiguares, catarinenses, baianos, amazonenses, cariocas, acreanos, paulistas... Com gente de todos os estados, Brasília é uma mistura só. Além de reunir num espaço urbano relativamente pequeno todos os sotaques do país, a cidade também se distingue das outras pelo traçado planejado, os amplos espaços, a organização. Qual o impacto de tudo isso em um recém-chegado? Como os servidores de outros estados vêem as diferenças entre Brasília e sua terra natal?

FOTOS: ARTHUR MONTEIRO



Acho interessante a miscigenação daqui, com gente de todo lugar. Quando cheguei, senti falta de afetividade; os goianos são mais calorosos.

Acho que a mistura dificulta o aconchego que existe em outras cidades. Vim em 1978; aqui era uma cidade boa, mas acabou inchando muito.

Vilmar Amaral da Silva,
téc. judiciário do CNJ

Sou mineiro e gosto muito de Brasília. Mas é diferente de Minas, lá as pessoas são mais próximas umas das outras. Em Brasília são mais isoladas, talvez em consequência das diversas culturas que acabaram se misturando e gerando o comportamento do brasiliense, que é caracterizada pelo afastamento das pessoas.

Antônio Carlos Pereira dos Santos,
téc. judiciário do TRT

Brasília, além de bela, é muito acolhedora. As pessoas dizem que a cidade é pouco humana, mas eu não sinto isso. Estou aqui há 28 anos; além da minha querida Paracatu, esta é a minha cidade. No Tribunal tem muito mineiro. A cidade toda tem muita gente de Minas; nos botecos que frequênto, encontro muitos.

Orlando Batista Filho, diretor
de cadastramento e distrib.
processual do TRT

Não vi grande diferença entre Goiânia e Brasília, a não ser para me relacionar com as pessoas. Em Goiânia eu conhecia todos do prédio; aqui até hoje não conheço os vizinhos. Talvez eu tenha chegado com preconceito, porque todo mundo diz que o brasiliense é frio; acho que isso me influenciou.

Luciana Cristina Gomes Matias, analista jud. do CNJ



Quando vim do Rio para cá, em 1985, a principal diferença que senti foi o clima. A secura é terrível. Também senti falta de ver pessoas nas ruas. Até em Goiânia, que é bem perto, você sente calor humano, as pessoas dão bom dia. Aqui eu sinto que as pessoas estão muito divididas por classes sociais.

Jaul Ramalho, Analista Judiciário do CNJ



Vim de Fortaleza há quatro anos. As pessoas que nasceram aqui ainda trazem as características de seus pais nordestinos, cariocas, mineiros. É interessante como até os estilos de música são diferentes. E de comportamento também; o cearense é mais alegre e mais solto para conversar, por exemplo.

Raimundo Lindomar Mendes, técnico da PGR



Sou de Campo Grande, mas morei em muitos estados. No Nordeste as pessoas são calorosas, no Rio fazem amizade até em fila de banco. Aqui, no início, senti dificuldades de relacionamento. Parecia que estavam todos sem tempo. Nos feriados a cidade fica vazia. Não se criam raízes. Mas eu estou aqui há doze anos e já tenho algumas turminhas.

Luciana Monte, técnica administrativa da PGR



Acho que a diferença básica entre o Rio e Brasília são as pessoas. Moro em casa, mas já morei em apartamento e não conhecia nenhum vizinho. A diferença de cultura também existe. Brasília é muito pacata. As distâncias são um grande problema. A segurança aqui é muito melhor, mas mesmo assim, logo vou me aposentar e voltar para lá.

Ricardo Nazaré Silva, técnico da PGR



Aqui tem pessoas de todas as partes do Brasil, por isso não dá para julgar se o brasiliense é acolhedor ou não; é da natureza de cada pessoa. O goiano já está enraizado, por isso acho que é um povo mais acolhedor. Brasília tem a maior renda per capita do país, mas também o mais alto custo de vida.

Herlei de Carvalho Silva, técnico judiciário do TRT



O que me chocou quando cheguei foi a vida noturna, que achei muito fraca. Eu adoro sair e em Porto Alegre a noite é ótima. Aqui o final de semana é só supermercado e shopping. O transporte coletivo é complicado; fico meia hora esperando o ônibus. Mas gosto do clima e do povo. Disseram que as pessoas eram muito frias, mas eu não achei. Fui muito bem recebida.

Gabriela Correa Noé, técnica judiciária do CNJ



A cidade é organizada, limpa, diferente de todas as outras. Sou paraibano e estou aqui há três anos. Minha adaptação foi boa, porque já tinha parentes aqui; junto comigo vieram outras pessoas e criamos um grupo bem legal. O paraibano é mais prestativo que o brasiliense, busca ajudar. O brasiliense é polido e fechado, mas também é bacana.

Denis José S. de Albuquerque, analista adm. da PGR



Vim para Brasília há doze anos e fiquei impressionada com a limpeza e a organização. Em comparação ao Rio, aqui ainda há a sensação de estar segura. Mas acho a mulher brasiliense meio "montada"; a carioca é mais relax. A proximidade do poder ajuda a manter essa percepção e a criar distância.

Luana Angélica Correa da Silva, analista do TRT

Brasília, Babel, Brasil

Ao longo dos anos, o troca-troca cultural entre comunidades de todos os estados formou a colcha de retalhos que é o brasileiro

Eunice Pinheiro

Década de 60. Um caminhão pau de arara carregado de gente deixa a Bahia rumo ao Planalto Central. Dentro de cada um, a esperança de começar vida nova numa cidade ainda em construção: Brasília. No cantinho, uma mulher carrega um bebê no colo e outro agarrado na barra da saia. Era Mariana Oliveira, que acabara de enterrar o marido e, sob as bênçãos de lansã, vinha tentar a sorte na nova capital do país. Hoje, com 72 anos de idade, Mariana, a Mainha, mantém uma barraca de comida baiana na Torre de TV. Vestida a caráter, ela frita centenas de acarajés nos fins de semana. E não é só a comida que Mainha produz. Ela é um pedacinho vivo da cultura baiana na cidade.

Brasília foi construída por milhares de pessoas que, como Mainha, chegavam de norte a sul do país. A diversidade cultural

fazia dos canteiros de obras uma verdadeira Torre de Babel. Aos poucos foram se formando as comunidades, de acordo com os traços de cada região. Ao longo dos anos elas não só perpetuaram a cultura de cada estado como também trocaram figurinhas e formaram a colcha de retalhos que é o brasileiro.

A cozinha é o traço cultural mais forte dos grupos que vieram do nordeste para Brasília. É facilmente encontrada no burburinho das feiras e nos botecos. Ir ao mercado do Núcleo Bandeirante é visitar diversos estados do Nordeste de uma só vez.

Ozená de Aquino Rodrigues é de Altamira, Maranhão. Quase todos os dias, vai ao mercado do Núcleo Bandeirante comprar ingredientes para a comida. "O cuxá, antigamente, vinha direto do Maranhão. Hoje tem gente que planta aqui mesmo. Dá para comprar fresquinho. Nesse mercado tem de tudo, massa para beiju, azei-

te de coco, dendê. Tudo que a gente gosta", orgulha-se. Para Ozená, Brasília é a cidade do coração. Mas o Nordeste corre nas veias. "Às vezes, sinto tanta saudade da minha terra... Aí, gasto um dinheirinho a mais e me dou o luxo de tomar guaraná Jesus. Pena que é tão caro", reclama.

O guaraná Jesus é para os maranhenses o mesmo que o chimarrão é para os gaúchos. Em lata ou garrafa, ele chega a Brasília clandestinamente, o que encarece o produto. Segundo Mairan Oliveira, dono da banca Rei do Coco, na feira do Guará, nem a Coca-Cola conseguia vender mais que o guaraná Jesus. "A Coca comprou a fábrica, porque não conseguia concorrer. Agora, não deixa o refrigerante sair do estado. Por isso, ele chega escondido em Brasília". No Rei do Coco, o guaraná maranhense fica exposto ao lado de garrafas de cajuína, que vêm do Ceará, e dos cocos importados da Paraíba.

Ozená vende guaraná Jesus na Feira do Guará: comprada pela Coca-Cola, a bebida não pode sair do Maranhão, mas chega a Brasília clandestinamente



FOTOS: ARTHUR MONTEIRO



Mainha, em Brasília na década de 60: acarajés na Torre de TV

Para matar a saudade

Há doze anos em Brasília, o baiano Uedson Barbosa sempre que pode vai fazer uma boquinha no restaurante da Mira, no mercado do Núcleo Bandeirante. Sai do Riacho Fundo para almoçar sarapatel e mocotó. "Aqui eu como mais o mocotó. Mas, em casa, adoro fazer dobradinha." Profundo conhecedor da culinária popular, até arrisca indicar o melhor local para comer jabá e bode. "O Bar do Manoel, no Riacho Fundo II, é ótimo. Lá, a gente junta a turma e come para lembrar o temperinho da casa de nossas mães. Mato a saudade comendo", explica.

Nas feiras do Guará e da Ceilân-

dia não é diferente. Sarapatel, dobradinha e mocotó são o forte em quase todos os restaurantes. A eles se junta também a panelada de cabrito.

Na feira da Torre de TV, a barraca de pastéis, típicos da região Sudeste, convive com a comida do Norte do país. "Comer o que a gente passou a vida comendo na nossa terra ajuda a matar a saudade dos amigos e da família que está longe. A gente se reúne, canta nossas músicas, dança as nossas danças. É como se a gente estivesse lá", conta Varlene Matos, dona da barraca Recanto do Pará. É ali que a comunidade paraense se reúne toda semana para co-

mer maniçoba, pato no tucupi e tacacá. "A barraca é o ponto de encontro dos paraenses de Brasília. Aqui você encontra políticos, artistas, madame, trabalhador comum", explica Varlene. Ela exporta bombons de cupuaçu e de castanha até para o Japão.

Os ingredientes Varlene manda trazer de Belém, toda semana. São 150 litros de tucupi, mais jambu, camarão, farinha etc. "Meus conterrâneos me contratam para cozinhar nas festas. Já preparei comida para 1.200 pessoas", conta orgulhosa.

Enquanto as delícias do Nordeste são vendidas entre roupas, frutas e legumes das feiras, a comida da região Sul frequenta restaurantes mais sofisticados e churrascarias. Com uma exceção: as barracas de pastéis na feira do Guará. Nascido em Caxias do Sul, Heitor Morás deixou a vida de gerente de churrascaria para ficar na feira. Hoje, já tem três barracas. "Os gaúchos não gostam de feiras livres. Sou diferente. Tenho a cabeça mais aberta."



Uedson (de azul): saudade da Bahia. Heitor (abaixo): cabeça aberta. Varlene: barraca na Torre virou um ponto de encontro





Neide: "Gosto dessa liberdade, dessa aceitação de pessoas diferentes que o povo de Brasília tem"

Mistura boa

As comidas mineira e goiana já não pertencem somente às comunidades de origem. Elas fazem parte do cardápio do brasiliense, com coisas que, de tão comuns, a gente nem difere a origem. O pão de queijo é uma delas. Neide Rodrigues, de Coromandel e em Brasília há 31 anos, conta que trouxe as receitas de quitutes da família. Foi misturando uma coisa aqui e outra ali e criou pratos que considera próprios de Brasília. "O sarapatel e a dobradinha, por exemplo, eu já faço diferente. O sarapel faço moído e a dobradinha, sequinha", ensina. No meio da receita, dona Neide divaga: "Brasília é uma mistura, né? Tem gente que não gosta. Eu gosto dessa liberdade, dessa aceitação de pessoas diferentes que o povo de Brasília tem."

É esta cidade inusitada que Elizabete Rosso, nascida em Santa Catarina, diz "descobrir todo os dias". Ela conta que procura explorar a diversidade de culturas que a cidade oferece como forma de lazer. "Acho isso maravilhoso. Esses dias, provei suco de cajamanga. Adorei. Hoje, vou provar acarajé. Só o pequi que ainda não consegui experimentar", relata. Elizabete veio do Sul para trabalhar em Brasília. Aqui, conheceu o marido Toni Lopes, nascido em Nova Russas do Ceará. Mistura comum que a cidade já conhece.

FOTOS: ARTHUR MONTEIRO



O perfil do brasileiro

Mas afinal, o brasileiro, fruto de uma miscelânea de culturas, já pode ser caracterizado?

A contar pela idade, Brasília deve ter pelo menos três gerações de brasileiros. Mestre Angolá, artesão baiano acostumado a rodar o país, identifica esse fruto. “É um povo tolerante, hospitaleiro e alegre. O sotaque é difícil de explicar. Fala mais aberto, para fora, com palavras bem pronunciadas”, resume Angolá.

A lingüista Ana Maria Vellasco pesquisou o assunto. Com as colegas Stella Ma-

ris Bortoni e Vera Aparecida de Freitas, da Universidade de Brasília, ela escreveu o livro “O falar candango”. “É uma pronúncia nova, que mistura elementos diferentes, mas elimina os traços mais singulares de cada sotaque”, explica Ana Maria. De acordo com ela, é como se o brasileiro refinasse a língua, o chiado dos cariocas, a cadência do gaúcho e outras particularidades fonológicas do Brasil para compor a sua forma de falar.

A diversidade cultural em Brasília também está presente no artesanato. A

Feira da Torre, em parte, mostra esse mosaico. O baiano Mestre Angolá está aqui há trinta anos. “Eu rodava o Brasil vendendo artesanato. Fui bem acolhido aqui. Só não gosto da burocracia se metendo na criatividade”, critica. Na barraca de Angolá são vendidos instrumentos musicais artesanais e bijouterias. Mas é difícil ligá-los às características de uma única região. Pode ser baiano, mas também goiano ou talvez... “O artesanato faz um intercâmbio de culturas. Isso é maravilhoso”, resume Angolá.

Em Brasília, esse intercâmbio de culturas, muitas vezes, não é valorizado como

Angolá: “O artesanato faz um intercâmbio de culturas”



devia. O artesanato, uma das expressões culturais mais universais do planeta, está desaparecendo. A Galeria dos Estados, no Setor Bancário Sul, onde eram encontrados trabalhos de todo o país, perdeu sua função original: vender os produtos de cada estado. Ao todo, eram oitenta lojas com roupas, alimentos, quadros, tapetes, cestos etc. Hoje, são lojas comuns, que vendem de tudo um pouco. Maria Inês Fontenele, presidente da Associação de Lojistas da Galeria, explica que as lojas pertenciam aos estados, que tinham a obrigação de expor seus produtos. “Com o tempo, eles foram abandonando as lojas e os co-

merciantes foram ocupando”.

Com o perfil mais preservado, a feira de artesanato da Torre de TV – um dos pontos prediletos dos que procuram produtos regionais – sofre com a ameaça de transferência das barracas. Segundo o presidente da Associação dos Feirantes da Torre, Nicanor de Faria, o governo do Distrito Federal quer remover a feira para a parte de baixo do terreno, onde funcionava o heliporto. Inconformados, os artesãos resistem em deixar o local e fazem um forte movimento de resistência. “O GDF diz que debaixo da Torre não pode haver construções. Mas como? Estamos aqui há qua-

renta anos e nunca houve problemas. Nesse entra e sai de governantes, nosso medo é perder o lugar que ocupamos há tanto tempo”, explica Nicanor, que pediu uma audiência pública na Câmara Legislativa para discutir o assunto.

Talvez a exceção em relação à pouca valorização do artesanato em Brasília ainda seja a Fundação Nacional do Índio (Funai). Na área externa da sede, artesãos de várias etnias indígenas podem expor e vender o que produzem. São potes, colares, pulseiras e cocás feitos à mão, com sementes, palha e ossos de animais.



Tradição de raizeiros

Outra expressão da cultura popular do Brasil, ainda forte em Brasília, é a medicina caseira. Os mercados, feiras livres e até pequenas bancas em calçadas oferecem centenas de ervas e produtos da medicina popular. No mercado do Núcleo Bandeirante, a piauiense Socorro de Carvalho Santos (abaixo) tem ervas que, segundo ela, curam qualquer doença. “Sementes de molungu são um santo remédio para curar hemorróidas. O sebo de carneiro é bom para reumatismo”, explica. Socorro aprendeu a fazer garrafadas com a mãe e as tias. O avô era raizeiro.

Na Feira do Guará, um homem franzino carrega um saco grande. É José Francisco Ribeiro, um baiano de Santa Maria de Taguatinga, vendendo raízes e folhas que colhe em Brazlândia. Ele faz garrafadas para as mais diversas doenças: espinhela caída, cólicas menstruais e até para que a mulher engravide de “filho homem”. “Uma vez eu comprei um livro e fui estudando para quê serviam as plantas. O povo ia me ensinando também. Assim, aprendi a fazer garrafadas. Mas não vivo disso, tenho emprego”, conta Seu Francisco, com o rosto quase sumido no chapéu de palha.



Socorro: ervas no mercado do Núcleo Bandeirante

FOTOS: ARTHUR MONTEIRO

*A maior riqueza do homem
é a sua incompletude.
Nesse ponto sou abastado.
Palavras que me aceitam como
sou – eu não aceito.
Não agüento ser apenas um
sujeito que abre
portas, que puxa válvulas,
que olha o relógio, que
compra pão às 6 horas da tarde,
que vai lá fora,
que aponta lápis,
que vê a uva etc. etc.
Perdoai
Mas eu preciso ser Outros.
Eu penso renovar o homem
usando borboletas.*

Manoel de Barros

Imagens e idéias

Buscar conhecimento e explorar um novo potencial: foram essas as ferramentas que o técnico administrativo do MPDFT em Brazlândia, Tiago Da Arcela, utilizou para entrar no mundo das imagens. Na infância e adolescência, ele jamais se interessou pelo ato de fotografar. Foi durante a faculdade de psicologia, em Salvador, que surgiu o interesse pela fotografia. Matérias como Antropologia Visual e Et-

nografia despertaram em Tiago o fascínio pela imagem. “Lembro de um trabalho interessante, onde tínhamos que observar vendedores de café nas ruas da cidade e fotografá-los. Nessa época, minha preocupação era apenas contar uma história. Eu não me preocupava com a técnica”, conta.

Quem influenciou Tiago foi a mãe, que se matriculou num curso de fotografia. “Comecei a conversar com ela sobre o

Do alto dos seus 91 anos, o poeta Manoel de Barros ensina que o ser humano é incompleto, e que isso não é defeito; é qualidade. Assim como ele, muitas outras pessoas precisam ser Outras. E são. Esta coluna publicará mensalmente histórias de gente que concilia o serviço público com as mais diversas atividades. São atletas, chefes de cozinha, professores, pintores, mágicos, mecânicos, músicos... A lista não tem fim.



O técnico do MPDFT Tiago Da Arcela brinca de fotografar a si mesmo: experimentações

assunto. Na primeira vez em que fotografei, em uma festa folclórica no interior do estado, mostrei o resultado para minha mãe. Ela criticou muito, dizia que estava faltando isso e aquilo”, lembra.

As críticas despertaram em Tiago o interesse pela técnica. Ele quis aprender mais; para isso, matriculou-se em uma matéria sobre fotografia na faculdade e passou a ler os livros da mãe. “Minha formação foi autodidata”, diz.

Quanto mais estudava, mais se interessava. “Na faculdade havia um laboratório preto e branco. Achei fascinante a experiência de revelar fotos. O profes-

sor elogiou o meu trabalho, e isso me motivou ainda mais.” Tiago conta que não se interessava pela profissão de fotógrafo; as experiências pessoais eram muito mais interessantes.

Esse interesse o levou a composições criativas, como as fotos ao lado, e a participar de concursos e exposições. Na primeira tentativa seu trabalho foi selecionado, o que o levou a se envolver ainda mais com a fotografia: “Quando recebi a notícia fiquei entusiasmado; até o professor da minha mãe participou da seleção, mas não conseguiu expor seus trabalhos. Foi um estímulo”, revela.



FOTOS: TIAGO DA ARCELA



Percepção premiada

Com uma foto da Esplanada (acima), Tiago faturou uma das principais seleções nacionais em 2006, o Prêmio Porto Seguro de Fotografia, na categoria revelação. No mesmo ano ficou em 2º lugar no concurso Leica Fotografe Melhor; em 2008 foi o primeiro colocado no concurso Brasília Céu Aberto.

Ele descreve sua atividade como terapêutica: “Às vezes estou estressado e vou fotografar; com isso, relaxo. Uso a fotografia como um meio de conhecimento e de percepção. Ela me dá a oportunidade de me expressar.” Tiago participa do Candango Fotoclube, onde troca idéias e informações com amadores e profissionais. Ele fez questão de divulgar o site do grupo: www.candangofotoclube.com.

Desigualdade persistente

Salário médio da mulher brasileira é 33,9% menor que o do homem

Angelina, professora e disseminadora de conhecimentos formada pelo CFEMEA: "O preconceito é forte"



Thais Assunção

As estatísticas são claras: no Brasil, as mulheres ganham menos que os homens, como atesta a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, divulgada pelo IBGE em 2008. O salário médio da mulher equivale a 66,1% da remuneração masculina – uma diferença de 33,9%. As mulheres representam 45,5% da população economicamente ati-

ARTHUR MONTEIRO



va e 53,5% da população em idade ativa.

Apesar de encarar uma dupla jornada, dividindo o tempo entre o emprego e os afazeres domésticos, elas têm que se destacar muito no trabalho para ter chance de alcançar o patamar masculino de renda – ou mesmo de entrar no mercado, como acontece com a professora Angelina (foto). Mesmo com um bom currículo e qualificação diferenciada, ela está desempregada há cinco anos: “Mulheres e negras têm menos chance”, afirma.

“As afirmativas sobre as condições de desigualdade de gênero e de raça se confirmam quando observamos os dados da PNAD sobre mercado de trabalho”, revela Eneida Vinhaes Dultra, consultora do Centro Feminista de Estudos e Assessoria (CFE-MEA) para as áreas de trabalho e previdência e uma das autoras da pesquisa *Trabalhadoras Domésticas em Luta: direitos, igualdade e reconhecimento*.

Boa parte dessa desigualdade é pretensamente justificada por uma diferença cultural entre homens e mulheres: eles não costumam se ocupar dos filhos tanto quanto elas. Há quem acredite que isso explique a diferença de salários. Márcio Salvato, coordenador de pesquisas do Instituto de Desenvolvimento Humano e Sustentável (IDHS), declarou ao jornal *Correio Braziliense*, em 17/2, que “a mulher fica no mer-

cado menos tempo, por isso o diferencial de renda é maior. Se uma mulher tem dois filhos, por exemplo, vai ficar muitos meses ausente do trabalho.”

Para Eneida Vinhaes, essa justificativa não se sustenta: “O filho não é só da mãe. É do pai, da família e da sociedade. Isso tem que ser assumido por todos os segmentos sociais, pelo Estado e pelo empresariado; todos têm responsabilidade.”

Ela diz ainda que esse tipo de afirmação carrega uma dupla perversidade: “A idéia de que os filhos podem atrapalhar a carreira das mães é um mito formado pela sociedade para manter as mulheres com ganhos inferiores e alimentar o conformismo com essa situação”, explica. “Essa idéia tenta partir de um processo que é histórico e cultural, e não um fato natural, como o mito pretende afirmar. A sociedade, historicamente, não vê o espaço do emprego como um espaço feminino.”

MERCADO CRUEL

De acordo com o IBGE, as mulheres representam

45,5%

da população economicamente ativa, mas seu salário equivale a

61,3%

do salário médio do homem.

Diferenças históricas

A diferença de remuneração entre homens e mulheres é um fato histórico; as desculpas para justificá-la também. "Antes, o argumento era de que o trabalho não era semelhante, por isso não deveria haver a mesma remuneração; depois as pesquisas foram se tornando mais complexas, numa tentativa de mostrar que, mesmo em igual trabalho, deveria haver distinção de remuneração", afirma Eneida Vinhaes.

A formalização do trabalho também é complicada para as mulheres. Elas representavam, em janeiro de 2008, quase a metade da população economicamente ativa e pouco mais da metade da população em idade ativa. No entanto, os números da formalização do trabalho eram menores que os dos homens:

enquanto 48,6% dos homens tinham carteira assinada no setor privado, apenas 37,8% das mulheres estavam nesta condição de legalidade laboral.

"Quando analisamos a informalidade, um dos males que mais atingem o trabalho doméstico, por exemplo, percebemos que motoristas e jardineiros têm um processo de formalização mais fácil. Enquanto isso, faxineiras, passadeiras, cozinheiras e babás têm dificuldade para ter a carteira assinada", analisa Eneida.

Mesmo sendo um universo majoritariamente feminino, com menos de 10% de homens, no serviço doméstico eles ganham mais que elas. O salário dos homens está em torno de R\$ 447, e o das mulheres é, em média, de R\$

324. "Essa categoria revela com muita clareza a questão de gênero, como ela é imposta e utilizada como elemento justificador da discriminação entre homens e mulheres", diz Eneida.

Mas a diferença não se limita a uma categoria apenas: "Mesmo no serviço público, onde se ingressa por concurso e a remuneração é preestabelecida, a discriminação pode acontecer. Basta observar as gratificações, funções de chefia e funções comissionadas, que aumentam os ganhos, e onde mulheres podem ser preteridas em relação a homens. Isso mostra como a desigualdade é estruturante."

Eneida: discriminação atinge até servidores concursados



Consuêlo: cargo de chefia e funções iguais às dos homens, mas salário inferior



As várias faces do preconceito

“Simplesmente por ser mulher e negra”, desabafa Angelina Aparecida Dourado dos Santos, 32 anos. Desempregada há cinco anos, ela entrega currículos várias vezes por semana, mas só recebe negativas ou um sorriso com a desculpa de que “ligaremos depois”. “Todos falam que eu tenho um bom currículo, mas não consigo emprego. Acho que o preconceito racial, de sexo e de gênero é muito ferrenho aqui no Distrito Federal”, opina.

Angelina trabalhava como professora da Secretaria de Educação de Goiás. Ela é disseminadora de conhecimentos múltiplos, formada pelo CFEMEA como Promotora Legal Popular (PLP), e conhece bem os seus direitos: “No CFEMEA aprendemos como funciona a Lei Maria da Penha, a Lei 9.340, o Estatuto da Criança e do Adolescente, o Estatuto do

Idoso e a Lei Africana. Estou pronta para repassar esse conhecimento para as pessoas. Só preciso de uma oportunidade.”

Consuêlo de Maria Silva Brito, 32 anos, trabalhou em uma empresa do comércio varejista por quatro anos. Menos de um ano depois de ser admitida, assumiu um cargo de chefia. Durante os três anos seguintes, porém, seu salário nunca foi equiparado ao dos homens que exerciam as mesmas funções: “A chefia veio, com muito mais responsabilidade, mas o salário continuava o mesmo. Foi uma clara discriminação. Na nossa cultura, a liderança, as melhores posições e os maiores salários são sempre dos homens.”

Outro fato que marcou a vida profissional de Consuêlo foi ser destratada em público: “Eu trabalhava em contato direto com os clientes da empresa, e al-

guns exigiam atendimento imediato. Uma vez, no exercício da minha função, o cliente simplesmente me chamou de vagabunda! Se eu fosse homem, ele com certeza não teria tomado essa liberdade comigo”, acredita ela.

Para Gláucia Silva de Lucena, 27 anos, essas “liberdades” são tão grandes que acabam interferindo na sua própria liberdade de ir e vir. Assim como tantas outras mulheres, Gláucia não gosta de ouvir assobios e frases grosseiras por onde passa. Para ela, esse assédio representa mais que falta de respeito e grosseria; é como se a rua fosse só dos homens. “Não podemos sair e andar tranquilamente, despreocupadamente, porque sempre tem um engraçadinho para fazer piadas de mau gosto. Isso me deixa chateada. As mulheres merecem respeito, afinal são cidadãs.”

FOTOS: ARTHUR MONTEIRO



Gláucia: “Tem sempre um engraçadinho para fazer piadas de mau gosto”



Brasília é um museu a céu aberto. Poucas cidades no mundo têm esse privilégio. Nas ruas, nos gramados, nas fachadas, no interior e no exterior dos prédios estão expostos trabalhos dos maiores artistas modernos brasileiros. São tantos que, muitas vezes, estão ao nosso lado e nem notamos. A cada edição, esta seção mostrará o trabalho de um artista. Este mês você vai conhecer a obra de Victor Brecheret (foto acima).



Esculturas em cerâmica: inspiração indígena

Referências brasileiras

Foi instigado pelo amigo Mario de Andrade que, na década de 40, Victor Brecheret voltou sua atenção à estética dos índios brasileiros. Escultor eclético, trabalhou com os mais diversos materiais, como bronze, cerâmica e madeira, sem dispensar, inclusive, troncos e pedras recolhidos na natureza.

Ao imprimir em suas obras uma tensão criativa inovadora, recusando o academicismo, Brecheret ajudou a impulsionar a escultura brasileira em direção ao cenário contemporâneo internacional, dialogando com o cubismo e as vanguardas européias.

O artista nasceu na Itália, em 1894, e morreu em São Paulo, em 1955. Suas obras, realizadas entre as décadas de 20 e 50, mostram a riqueza de uma trajetória artística que partiu de delicadas figuras em bronze, referenciadas nas escolas européias, e desembocou em uma linguagem inovadora, usando elementos naturais e transitando entre o figurativo e o abstrato.

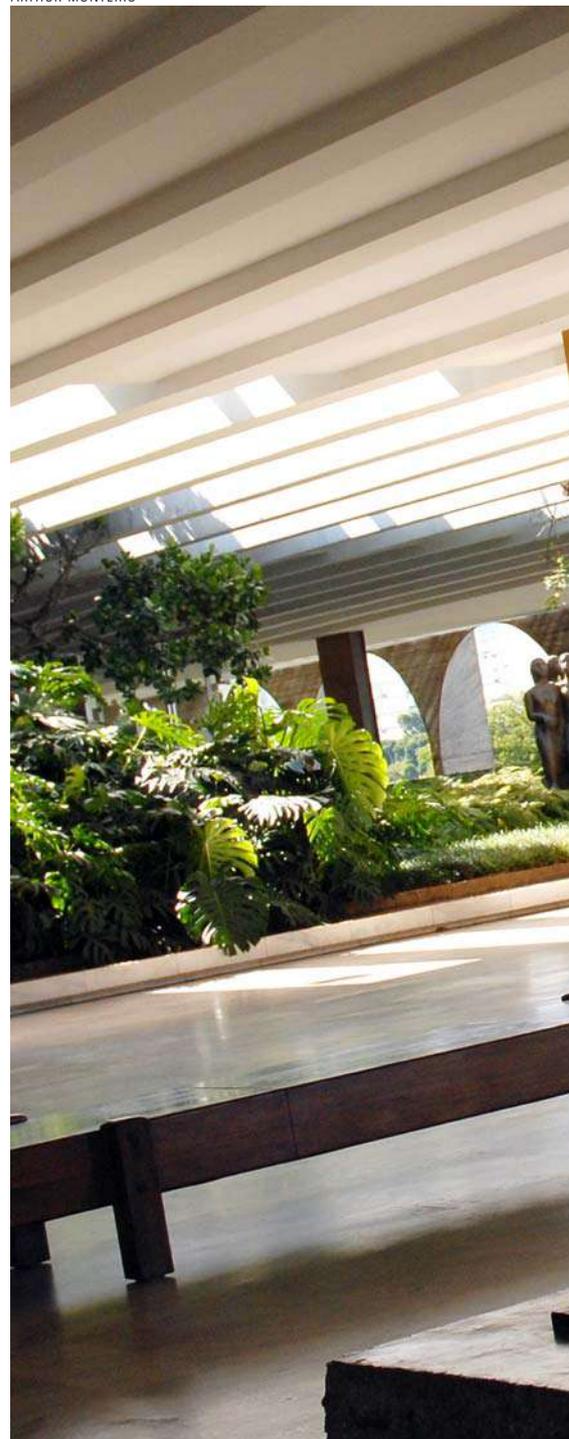
Brecheret estudou desenho em São Paulo, no Liceu de Artes e Ofícios. Mudou-se para Roma em 1913, onde durante seis anos estudou e praticou desenho e escultura. Em 1919 voltou a São Paulo. Pouco depois, porém, passou a viver em Paris, de onde mesmo assim tomou parte na Semana de 22, ao lado de Mário e Oswald de Andrade, Di Cavalcanti e Menotti del Picchia, entre outros pioneiros do modernismo no Brasil.

Em 1951 Brecheret ganhou o prêmio de melhor escultor nacional na I Bienal de São Paulo. Foi homenageado na Bienal de 1957 com uma sala especial. Suas obras integram os acervos do Museu de Arte de São Paulo, da Pinacoteca do Estado e do Museu de Arte Contemporânea da USP.

Índia Bartira, escultura de 1952 (ao lado), foi adquirida em 1962 por Darcy

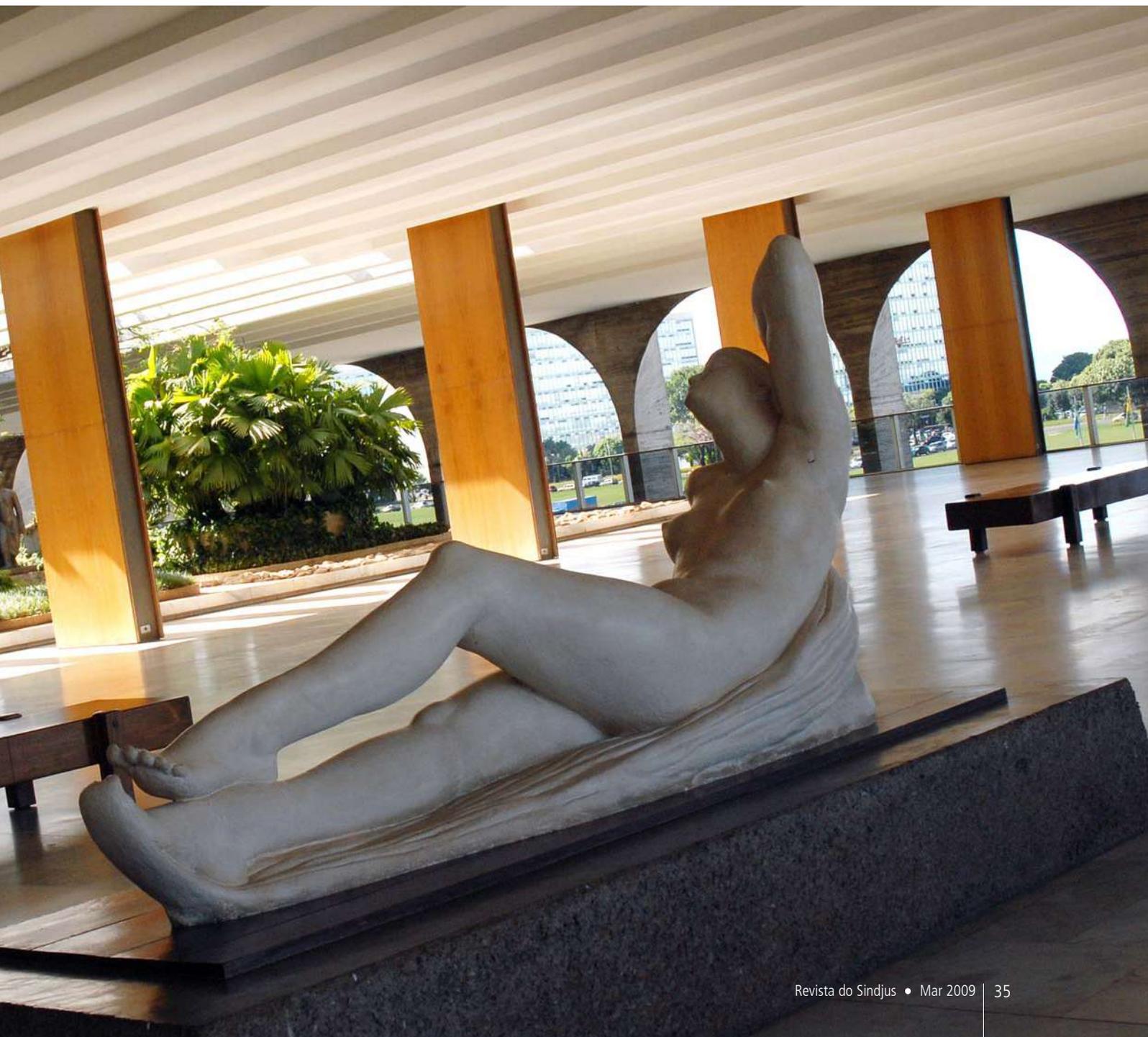
Ribeiro, fundador e primeiro reitor da Universidade de Brasília, para compor o acervo da Faculdade de Educação. Hoje a obra pode ser admirada no campus, em frente ao Auditório Dois Candangos.

ARTHUR MONTEIRO





Índia Bartira (ao lado) está na UnB. Outras quatro obras de Victor Brecheret podem ser vistas em Brasília: Banho de Sol (abaixo), no Palácio do Itamaraty; Morena e Depois do Banho, no Ministério da Educação; e o busto de Santos Dumont, na Base Aérea.



Em mão



E você? Tem talento
para cozinhar? Cantar?
Ensinar? Organizar?
Desenhar? Passear?
Liderar? Ouvir? Brincar?
Advogar? Contabilizar?
Negociar? Escrever?

DOE TAMBÉM!
Muita gente
precisa daquilo que
você sabe fazer.
Veja no nosso site.

TALENTO

www.sindjusdf.org.br